

## ***PALAVRA DE JORNAL – A LINGUAGEM INTERMEDIÁRIA***

Thais Montenegro Chinellato\*

**RESUMO:** Procura-se identificar o nível médio de linguagem no jornal *Folha de S. Paulo*, a partir de diferentes exemplos de suas editorias.

**Palavras-chave:** Texto jornalístico, norma lingüística média.

Em seus conteúdos, jornalismo é produção de bens simbólicos que se veiculam na materialidade da língua. Seja informativo ou opinativo, o jornal diário da grande imprensa, em suas diferentes editorias, oferece ao leitor um exercício variado de linguagens de que resulta uma variante média marcada por licenças de estilos e deslizos gramaticais. Para esboçar a identificação dessa norma veicular, vêm a propósito exemplos recentes da *Folha de S. Paulo*. Sua proposta de modernidade introduz e descarta modismos, dá espaço a inovações, valoriza a expressão oral e revê o próprio fazer jornalístico, entre as discussões dos editoriais e os cometimentos dos *fait-divers*.

Pronome oblíquo em início de oração, gíria e calão empregados por Paulo Francis, em 1985, quando publicava artigos na *Folha de S. Paulo*, são alguns dos exemplos recolhidos por Edith Pimentel Pinto para definir o padrão do jornalismo: “o que contribuiu para fazer da linguagem jornalística uma espécie de língua veicular, que todos entendem e que podem facilmente adquirir” são as aventuras lingüísticas de alguns escritores que preferem trabalhar os potenciais da língua a acatar prescrições gramaticais. Assim, “na imprensa diária, é muito mais na matéria assinada por jornalistas que também são literatos que ocorrem desvios afrontosos (geralmente voluntários), em relação à gramática, do que na matéria de responsabilidade do jor-

---

\* Doutoranda em Semiótica e Lingüística Geral (FFLCH/USP) e professora das Faculdades Anhembi/Morumbi, Fundação Cásper Libero e Universidade Paulista.

nal”, pois, como escritores, levam para o jornalismo o que praticam na literatura<sup>1</sup>

Já Edward Lopes, indo além da concepção (considerada vaga e parcial) de que a língua é meio de expressão para a cultura de uma comunidade, enquadra a linguagem jornalística numa norma média, observando a obrigatoriedade do reconhecimento dos diferentes segmentos sociais – “o povo e a elite” Cada qual, com sua cultura própria, apresenta traços gramaticais peculiares que permitem a identificação da gramaticalidade das normas culta e popular. A oposição entre ambas tende a ser “mitigada” no interior de uma norma *média* de “caráter conciliador -, nascida, precisamente, de uma combinatória interseccionante dos traços diferenciais das outras duas. É essa norma média que é chamada a definir a gramaticalidade da língua que serve de meio de expressão para o *mass media*, o jornal, o rádio, o cinema, o *best-seller*, o livrinho paradidático, a HQ e, sobretudo, a televisão”. A variedade de uso do idioma, assinala Edward Lopes, implica o confronto e a evolução entre classes sociais numa deriva própria, pois existem em nosso universo semiológico “uma língua popular, uma língua de massa e uma língua culta porque existem convivendo de um outro modo, nesse universo, uma cultura popular, uma cultura de massas e uma cultura de elite”<sup>2</sup>.

Na amplitude que lhe é própria, a variedade média da *Folha de S. Paulo* acomoda certo descuido nas notícias, superlativa qualidade nos ensaios e permanente relaxo nos anúncios. Os desalinhos lingüísticos (a maior incidência está na reportagem local) não inquietam o leitor menos atento, que, pela exemplaridade atribuída aos textos jornalísticos, acaba por assimilar o código da língua nesse modelo diário, com o mesmo crédito dado ao compromisso do veículo com a informação.

Os resenhistas às vezes surpreendem com termos que se banalizaram pela reiteração; talvez seja esse um dos percursos de alguns modismos inconvenientes dos quais se apropriaram escritores acadêmicos e o vulgo. É o caso da conjunção temporal “enquanto” eventualmente empregada como nexo de comparação, como por exemplo, na frase “o conto enquanto narrativa de ficção...” O destino desse “enquanto” é o mesmo da locução “a nível de”, que seria apenas impertinência semântica se não fosse também imprópria (já que a forma preferível é “em nível de”). Seu uso fático – porque esvaziado

---

1 PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986, p. 37-50.

2 LOPES, Edward. *A palavra e os dias*. São Paulo – Campinas: UNESP/UNICAMP, 1993, p. 28-37.

de significação e repetível como fórmula de comunicação – sobretudo entre falantes da variante média da língua, torna-a uma espécie de curinga disponível para compensar a imprecisão vocabular. Com ares de esquerda festiva, é uma fracassada tentativa de sofisticação.

No rol das displicências gramaticais estão os acentos de crase, a colocação pronominal, a pontuação, a concordância, a acentuação, as frases precariamente construídas e as idéias frágeis em sua concatenação. Nos exemplos mais recorrentes ignoram-se as locuções adverbiais femininas e a fusão de preposição com artigo. Os títulos também não escapam desses lapsos, nem mesmo na primeira página. No uso de pronomes oblíquos átonos alguns redatores parecem desconhecer a força atrativa de advérbios e conjunções subordinativas<sup>3</sup>. Há também tiques de que o noticiário policial é recordista; além das repetições de palavras, há quebra de contigüidade nas interpolações de trechos narrativos, descritivos e depoimentos.

Quando se trata de assunto polêmico ou de repercussão, pode surgir humor onde deveria haver indignação. A inabilidade discursiva (ou seriam pressa e distração?) gera construções sintáticas proibitivas, redundâncias e confusões semânticas. Um exemplo desairoso é o da notícia que relata a fuga da psicóloga Gleica Maria Pontes que, em 1993, foi seqüestrada e mantida acorrentada durante 17 dias num buraco cercado por matagal: “diante do desespero tentou cavar um túnel para fugir com as unhas” No episódio, o que existe de patético torna-se risível, pois há interferência de um sentido inesperado, num processo que Henri Bergson estudou com propriedade para afirmar: “o riso é gesto social, que ressalta e reprime certo desvio especial dos homens e dos acontecimentos”<sup>4</sup>

Se considerarmos desviatória a cena, em razão do estranhamento produzido pela construção sintática, confirmaremos a observação de Bergson, segundo a qual o riso “só pode acontecer quando a frase encerrar um absurdo manifesto, um erro grosseiro ou sobretudo uma contradição em termos” Mais adiante ele completa: “Rimo-nos sempre que nossa atenção é desviada ao aspecto físico de uma pessoa, quando esteja em causa o moral”<sup>5</sup>, já que a expressão *fugir com as unhas* ganha o sentido risível que lhe dá o adjunto

---

3 “Evaristo Macedo alimenta todas ambições do Santos”, “Notas ligam Pau Brasil a campanha de Maluf”, “Não chores por mim Argentina”, “Há excessões” “Mau-estar” “Hoje, se gasta bilhões” “Às vezes usa-se uma palavra”, “não é se não menor” “Era Ricardão prá cá, Ricardão prá lá” “encima” etc.

4 BERGSON, Henir. *O riso*. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, s/d, p. 50.

5 *Idem*, p. 62.

adverbial de companhia (quando deveria ser de instrumento), pois parece que as unhas lhe serviriam de acompanhantes.

A seleção vocabular imprópria é também fator de estranhamento, com agravante, quando ocorre no título: em “Uno é o carro mais possuído”, o que seria apenas um verbo no particípio passado (“possuído”) torna-se um adjetivo marcado pelos investimentos religiosos dos cultos afros (condicionados pernosticamente por algumas seitas neopentecostais) – supõe um estado de obsessão por entidade espiritual. No caso da notícia, por afinidade com o campo semântico de carros, seria recomendável o termo *vendido*. A incongruência também não fica atrás, como na notícia de um acidente num parque de diversões, numa cidade interiorana. O título diz: “duas mulheres”; a matéria diz “Duas meninas” e a idade de ambas (16 e 23 anos). Bastaria a palavra *juvens* para resolver a distância etária e a comunhão entre texto e título. Como se não bastasse, o *lead* resume: “Cabine de brinquedo giratório se solta e voa 40m no interior de SP”. Não é necessário recorrer à espiritualidade de Bergson para perceber o que há de bizarro na ambivalência desse voo, que só se esclarece com a completude das informações.

### BRINQUEDO MATA DUAS MULHERES

Duas meninas morreram por causa da queda de uma das cabines do brinquedo Enterprise, no parque de diversões Intercontinental, instalado na Vila Omar, em Americana. Cleide Geralda Lucas Besson, 23, e Sirlei Rosa de Oliveira, 16, foram arremessadas a 40 metros e caíram no chão.

Esse esforço nos detalhes, na busca de enunciados mais referenciais, tem no texto *feito de realidade*, observa Nilson Lage<sup>6</sup> Por não exigir do leitor conhecimento preestabelecido, e sendo um tipo de acontecimento sem classificação, mas que apresenta notabilidade por suas relações circunstanciais, configura um *fait-divers*: “enquanto a informação depende, para ser avaliada ou compreendida, de uma situação (política, econômica ou artística), o *fait-divers* interessa por si mesmo”<sup>7</sup> O *lead* preenche uma das estratégias do *fait-divers* – dar a informação angustiante “que se esclarecerá em seguida: estima-se que o caráter surpreendente da proposição levará o leitor

---

6 LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1990, p. 42.

7 *Idem*, p. 42.

a prosseguir e, afinal, *desmontar* o enigma, recompor o equilíbrio, consumindo a interpretação da realidade que lhe é oferecida”<sup>8</sup>.

No que se refere a problemas gramaticais, os exemplos multiplicam-se nos anúncios, em especial no *Classiline*: ortografia, acentuação e pontuação interditas talvez devam sua recorrência à precariedade de conhecimentos que começa com a mensagem ditada pelo anunciante e se prolonga na anotação dos operadores de telemarketing. Direcionados a um público anônimo e diversificado, a maioria dos textos tem o vocativo como apelo comum, destituído de sua principal marca – a vírgula – esquecida em favor de uma crase intuída: “à você mulher só”, “à ela”, à quem”...

Mas há a diligência antiga das crônicas de Carlos Heitor Cony, somando irreverência e erudição na medida certa para o humor crítico. Ficando com o excedente da notícia por opção, ora prosaico, ora solene, o hibridismo de sua linguagem faz o produtivo enlace entre a norma de prestígio e o coloquialismo, resumindo o que o simples pode ter de interessante. Já a fórmula canônica da dissertação e a observância à chamada norma culta têm nos editoriais seu melhor padrão. Mas é nos textos ensaísticos que se ajustam as variantes da língua: o calão, a gíria e os estrangeirismos (muitas vezes pedantes e artificiais). Vários articulistas alternam-se na interpretação de temas das humanidades ou na discussão dos acontecimentos de vanguarda. Marcelo Coelho é o mais instigante pela rutilância de seu entono crítico e pela mobilidade temática que o deixa à vontade para falar, como um discípulo de Montaigne, da embalagem do bombom *Sonho de Valsa* aos poemas de Manoel de Barros.

Seu descritivismo encena imagens que excedem os recursos da pintura impressionista. Como quem assimilasse o estro que animou Chateaubriand, no século XIX, Marcelo Coelho procura a caracterização singular, a metáfora imprevisível, o julgamento incisivo. É um artífice das virtualidades e do inventário de produtividade da língua. Poucos ousaram falar mal publicamente do Masp; ele o fez num texto ousado, do qual uma seqüência enumerativa bastaria para demover Lina Bo Bardi de seu projeto:

Não, o Masp não canta. Balcão, platibanda exposta sobre o parque Trianon de um lado, traço de concreto sobre o abismo da Nove de Julho do outro, ponte paralela, travessão obediente ao sentido da Paulista, lugar de vento e de frio, eletrodoméstico gigante, torre Eiffel

---

8 *Idem*, p. 48.

derruída, modernidade suspensa entre mendigos, vácuo, escavação, espécie de soluço ou flatulência urbana, o Masp precisa de um pouco de cor. Precisa ser preenchido com significados casuais; necessita de um pouco de delírio e de festa mercantil.

No ensaísmo jornalístico estabelece-se uma relação metonímica entre o articulista e o jornal – este fala pela voz daquele, transferindo a representatividade de seu ponto de vista, o impacto de seus manejos retóricos, a contundência de seus argumentos. Ambos se autorizam no que parece ser uma dialética da cumplicidade. Quando se trata da crítica, aquele que reseña ou comenta analiticamente uma peça de teatro, uma obra literária, um filme ou lançamento musical produz, na denominação de Marilena Chauí, o discurso da competência<sup>9</sup>. O jornalista é investido de autoridade (notadamente o que tem artigos assinados), assim como o cientista, o governante, o padre.

Eni Pulcinelli Orlandi distingue como *leis do discurso*, tais como enunciadas por Ducrot, a informatividade, o interesse e a utilidade: “são leis gerais válidas para o comportamento lingüístico em geral”<sup>10</sup>. Sob essa perspectiva podemos aproximar, por exemplo, os discursos pedagógico e jornalístico. Se, para Eni P. Orlandi, o pedagógico “aparece como *algo que se deve saber*”, o jornalismo, opinativo e interpretativo, dele se aproxima pela mesma finalidade e pelas mesmas leis, valendo-se igualmente dos recursos da palavra e do conhecimento.

Em sua forma mais autoritária, o professor hipertrofia a própria autoridade, produzindo “um discurso individualizado em seu aspecto estilístico e de perguntas diretas e sócio-cêntricas: ‘não é verdade?’, ‘Percebem?’, ‘Certo?’ etc”<sup>11</sup>. No caso do jornalismo, a matéria assinada individualiza a opinião: a fundamentação persuade e os artifícios de estilo (figuras de linguagem principalmente), torneios frásicos e relações histórico-sociais ganham os efeitos de sentido que encontram ressonância no leitor impressionável. Os textos críticos configuram um canal de persuasão que ao articulista é dado explorar pela subjetividade de seus juízos e pelo aval de sua autoridade. Quando esse discurso excede no impressionismo de seus apontamentos, resvala para o autoritarismo. Um exemplo extremado encontramos na crítica

---

9 CHAUÍ, Marilena. “O discurso competente” In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981, p. 3-13.

10 ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 2a ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 1987, p. 87.

11 *Idem*, p. 17.

de Luís Antônio Giron, a propósito do álbum póstumo do cantor Cazuza (“*Por aí...*”). Pode-se estancar diante das expressões valorativas, ouvir o disco e concordar. Mas pode-se, pela memória sensível, achar que a morte deprimente do músico teria no achincalhe da crítica um réquiem imerecido:

Foi a partir de “Burguesia” que o músico iniciou o próprio funeral em vida. Seus versos perderam o prumo e a voz caiu na senilidade precoce. Em Cazuza, a morte cumpriu função de melancia no pescoço. Não precisava disso. Deveria ter tido consciência de parar enquanto era tempo. (...) Trata-se de um disco inaudível porque documenta um percurso findo e mal-articulado. A eternidade é um gênero de difícil prática e, para quem ansiava por ela, esse “Por aí...” tem o efeito inverso: consiste num produto com validade vencida, tributário de uma errância excessiva.

Cazuza consolidou seu sucesso ao construir sua própria arte tumular. Foi um Tutankamon do pop brasileiro. Como o faraó, Cazuza autofetichizou-se necrofilicamente. Em vida, tratou de lançar em torno de si a fumaça da ameaça letal, chamando atenção para sua estética tardo-contracultural. Após o último êxtase de consumo que deve provocar, vai esperar três milênios para adquirir algum interesse arqueológico.

Se consideramos as assimetrias de linguagem que vão de um caderno a outro, as variantes de norma sucedem para corresponder à sobriedade dos editoriais e aos maneirismos do Folhateen – que muitas vezes parece ignorar no adolescente o gosto pela forma elaborada do texto ou um roteiro de leitura que incluía as páginas nobres do jornal e seus artigos de fundo. Entre um e outro “*Erramos*”, o jornal retifica seus equívocos, mas as incúrias redacionais continuam procurando soluções lingüísticas no vestibular. Há aquelas que podem passar despercebidas ao leitor apressado, mas não passam pela compulsória reflexão do vestibulando, como no texto usado na segunda fase da UNICAMP/96 – “Raios X revelam o torcicolo mais antigo” – publicado em 4/1/96. Chamava-se a atenção do candidato para três impropriedades (obviedade, informação contraditória e leituras indesejáveis) num parágrafo onde se lia: “O especialista afirma que o homem pode ter vivido dias antes de morrer” Olhar para os próprios problemas de comunicação faz da metalinguagem um instrumento de avaliação. Nesse papel estão o

ombudsman e a coluna de Josué Machado (*Dito e escrito*): incidem sobre o fazer do próprio veículo para apontar-lhe as falhas informativas, ideológicas e lingüísticas, freqüentemente com tiradas e chistes espirituosos.

Mais que padronizar procedimentos redacionais, a criação do *Manual de Redação da Folha*, em 1984, tinha em vista “reunir um sistema de regras capaz de consolidar a cultura jornalística acumulada nas décadas anteriores” Considerada uma das iniciativas renovadoras da *Folha*, “foi lido e criticado nas redações e nas escolas de Comunicação. Foi o primeiro texto desse tipo a ser colocado no mercado, para consumo de leitores, servindo como um compromisso público do jornal com seu programa de ação. Tornou-se um *best-seller* e obrigou concorrentes a também produzir ou renovar seus manuais”<sup>12</sup>

Tendo no manual de redação o seu receituário e nas páginas do jornal a sua consumação, a variante média distingue a linguagem jornalística num contexto de pluralidade cultural de que é simultaneamente modelo e reflexo, como proposta de modernidade na escrita. O trema e a mesóclise foram abolidos, o verbo *assistir* tornou-se (opção moderna) apenas transitivo direto, a próclise é recomendada mesmo não havendo palavra atrativa para o pronome. Neologismos (incluindo trocadilhos), vocábulos gírios, calão e registros próprios à expressão oral (incluindo impropérios) aparecem em algumas colunas, artigos assinados e na transcrição de entrevistas, de modo que as variantes consideradas subnormas nobilitam-se no espaço prestigiado do jornal.

Dessa forma, o jornal abre-se ao sistema produtivo da língua, tendo como retaguarda a função prescritiva do manual de redação, consolidando a normatividade média da língua que igualmente transita no livro didáticos: desde a década de 70 os compiladores transcrevem textos jornalísticos, sobretudo a crônica – concisão e irreverência são ótimos atrativos para introduzir a gramática. Com o programa “Leituras do Mundo Contemporâneo: a utilização pedagógica do texto jornalístico”, a Escola do Futuro (USP) ensina a pluralidade de usos interdisciplinares do jornal como material paradidático em salas de aula da rede pública e particular de 1º e 2º graus<sup>13</sup>.

---

12 FRIAS, Filho Otávio. “O antimanual” In *20 textos que fizeram história*. Folha de S. Paulo, 1991, p. 263-270.

13 O pesquisador Gilberto Figueiredo Martins, responsável pelo projeto, orienta professores de todas as disciplinas, em escolas conveniadas da capital e do interior. A Escola do Futuro, coordenada pelo prof. Fredric Michael Litto, desenvolve pesquisas interdisciplinares sobre linguagens alternativas.

A língua ensinada na escola é um modelo legitimado por uma sociedade de organização capitalista que orienta também o jornalismo, cuja norma média combina valores fixados na tradição escrita e o alcance da linguagem funcional. Detendo-se na relação língua-cultura-mídia-educação, Alfredo Bosi atesta que a manutenção dessa modalidade está garantida num meio que, crescendo com a cultura de massa, atua como agência de aculturação<sup>14</sup>. Na consolidação dessa modalidade média no jornalístico, para ganhar feição de agenciamento, articula-se uma estrutura de poder baseada nas relações entre *poder-fazer-saber* e *poder-fazer-querer*, segundo Cidmar Teodoro Pais<sup>15</sup>. Assim articulados, *saber e poder* (saber informar, poder influenciar), atingem o leitor pelo crédito na habilidade discursiva (e no status do veículo), muitas vezes dissimulando um caráter manipulatório<sup>16</sup>.

O leitor é, portanto, receptivo a essa articulação simbólica cujas forças definem *quem* pode lidar com fenômenos lingüísticos e sociais, e *como* fazê-lo. Qualquer que seja a *leitura* que se faça do jornal, seu bem simbólico para consumo continua apresentando comprometimentos na linguagem. Sofre, ainda que eventualmente, com a invigilância de redatores esquecidos não só das exigências da língua, mas da atenção do leitor mais exigente, apesar do empenho de suas editorias e dos novos sistemas informatizados (divulgados pela *Folha* em dezembro de 95) que asseguram melhor qualidade redacional. Uma pesquisa realizada por professores de seis colégios de São Paulo constatou que “*A Folha* é o jornal que contém menos erros de português em comparação com outros três jornais do país” (FSP, 21/1/96).

Na sucessão de edições não desaparecem vícios e inovações de que o jornal é provedor. Sua norma média é realimentada no contínuo de sua periodicidade. O que há de transitório na imprensa ganha permanência nos livros didáticos. O aproveitamento da matéria jornalística para fins pedagógicos intensifica o uso das variantes funcionais na educação. Assim, a norma culta, tida como legítima – pelo caráter oficial que lhe atribui o ensino – cruza com a variante intermediária, legitimada pela autoridade que lhe dá o presépio jornalístico. Enquanto a primeira é imposta pela escola, a segunda insinua-se pelo jornal.

---

14 BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 236.

15 PAIS, Cidmar Teodoro. *Revista Brasileira de Lingüística*. V. 7, São Paulo: Global, 1987, p. 47.

16 A propósito do discurso persuasivo, Adilson Citelli discute vários exemplos em seu livro *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.

## BIBLIOGRAFIA

- BERGSON, Henri. *O riso*, 2ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar, s/d.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. “O discurso competente” In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.
- FRIAS, Filho Otávio. “O antimanual” In: *20 textos que fizeram história*. Folha de S. Paulo, 1991.
- LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1990.
- LOPES, Edward. *A palavra e os dias*. São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 1993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 2ª ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 1987.
- PAIS, Cidmar Teodoro. *Revista Brasileira de Lingüística*. V. 7, São Paulo: Global, 1987.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

**ABSTRACT:** Identifies the average level of language used in the newspaper *Folha de S. Paulo* based on different examples from its editorial sections.

**Key-words:** Newspaper text, average level of language.